

XI CONGRESSO

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIA POLÍTICA

30 MARÇO A 1 ABRIL, 2023

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

LIVRO DE RESUMOS

APCP

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE CIÊNCIA POLÍTICA

<i>Brasil: divisão ou dualidade eleitoral presidencial?</i>	70
XIAPCP-78887	
<i>Integridade eleitoral e participação democrática: uma preocupação da União Europeia</i>	70
XIAPCP-86734	
<i>A abstenção como barómetro polietimológico da vontade do eleitorado</i>	71
Secção 4: Governação e Política Local	73
A Governação Local e os (In)Constantes Tempos de Mudança (proposta em colaboração com Sónia Nogueira)	73
XIAPCP-19615	
<i>O Papel dos Custos de Transação na Rede de CROs e nos Serviços Médico-Veterinários Municipais em Portugal</i>	73
XIAPCP-20099	
<i>Campanha político-eleitoral no meio digital: uma análise aos municípios do distrito de Bragança (2021)</i>	74
XIAPCP-65409	
<i>Descentralização da Saúde nos Municípios Portugueses e a Perceção das Assembleias Municipais</i>	75
XIAPCP-67236	
<i>Tribunais de Contas e controle social em municípios: estudo comparativo Brasil e Portugal</i>	76
Secção 5: Governação e Política Pública	77
Inovação, Inclusão, Sustentabilidade e Políticas Públicas	77
XIAPCP-26962	
<i>Análise de sentimento nas eleições presidenciais no Brasil: há relação ou influência entre os tweets?</i>	77
XIAPCP-30488	
<i>O desafio da integração de políticas públicas de inovação social em áreas rurais</i>	78
XIAPCP-57625	
<i>DISRUPTION, THE RIGHT TO PRIVACY AND LEGISLATIVE POLICY (Interesse público, direito à privacidade e política legislativa)</i>	79
XIAPCP-57840	
<i>ODS13: o papel do poder local nas políticas públicas de ação climática</i>	79
XIAPCP-59927	
<i>A importância das políticas públicas de acessibilidade para pessoas com deficiência</i>	80
Desigualdades socioeconômicas, polarização identitária e políticas públicas	81
XIAPCP-55242	
<i>O Espectro da Polarização Identitária nas Desigualdades Sociais</i>	81
Assuntos de moralidade em Portugal: atores e dinâmicas de participação no debate político e público	82
XIAPCP-10464	
<i>O debate público da moralidade nos jornais: uma análise dos artigos de opinião sobre eutanásia no período 2016-2022</i>	82
XIAPCP-41584	
<i>A explicação da reduzida disputa político-moral em Portugal: o papel das elites católicas e religiosas</i>	83

XIAPCP-67236

Tribunais de Contas e controle social em municípios: estudo comparativo Brasil e Portugal

Audrey Jaqueline do Vale Maretti - Instituto Politécnico de Bragança e Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Sónia P. Nogueira - Instituto Politécnico de Bragança

Antônio Gonçalves de Oliveira - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Resumo:

Os anseios sociais por mais responsabilidade e transparência na gestão pública, visando ao desenvolvimento local/regional e mais efetividade da boa governança pública, em particular a aplicada às municipalidades, permeiam não apenas os órgãos de controle, mas também os cidadãos. Neste sentido, percebe-se que os Tribunais de Contas podem atuar como importantes players disseminando conhecimento que contribuem com a efetividade do controle social em municípios. Para nortear o presente estudo, com destaque o exercício controle social pelos munícipes, busca-se responder a seguinte questão de pesquisa: Como se dá a participação dos Tribunais de Contas na materialização do controle social em municípios paranaenses e portugueses? Como objetivo geral busca-se estudar a existência de mecanismos utilizados pelos Tribunais de Contas nos municípios paraenses e portugueses, que contribuem para o exercício do controle social. Por meio de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental espera-se evidenciar mecanismos, instrumentos e/ou boas práticas realizadas no âmbito dos Tribunais de Contas do Estado do Paraná e de Portugal, enquanto órgãos técnicos de controle, que possam capacitar os munícipes, tanto no Brasil quanto em Portugal para o fortalecimento do controle social, de forma a contribuir com a qualidade das decisões públicas e, conseqüentemente, com o desenvolvimento local/regional, analisando comparativamente as ações desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Tribunal de Contas de Portugal que envolvam controle social.

Breve Nota Biográfica:

Audrey Maretti - Mestranda em Administração Autárquica (IPB, Portugal) e Planejamento e Governança Pública (UTFPR, Brasil), Auditora de Controle Externo (TCE PR, Brasil). Advogada. Pós-graduada em Direito Público. MBA em Compliance e Gestão de Riscos.

Sónia Nogueira - Professora Coordenadora e Diretora da EsACT do Instituto Politécnico de Bragança. Docente e investigadora na área gestão financeira pública. Membro integrado no Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade do Minho. Doutora em Economia da Empresa, com especialização em Contabilidade Autárquica. Foi Diretora de Curso e Presidente da Comissão Científica do Mestrado em Administração Autárquica, na qual é membro atualmente.

Antônio de Oliveira - Contador, Advogado, Mestre em Administração de Empresas e Doutor em Engenharia de Produção. Professor Associado na UTFPR. Líder do Grupo de Pesquisa: Governança Pública e Desenvolvimento. Tutor do Programa de Educação Tutorial em Políticas Públicas. Acadêmico da Academia de Ciências Contábeis do Paraná (Brasil) cadeira 26.

Palavras chave: Tribunais de contas; controle social; municípios; boa governança pública.